

O Fascínio pelo Oriente: A Política Externa de Portugal Face à Turquia¹

José Pedro Teixeira Fernandes  a *

^a ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, Porto, Portugal

Info	Resumo
<p><i>Palavras-chave:</i> Portugal Turquia Política externa União Europeia NATO</p>	<p>A questão fundamental que irá ser abordada nesta investigação é a da(s) razão(ões) do reiterado apoio de Portugal à adesão da Turquia à União Europeia. A questão é intrigante na medida em que Portugal e a Turquia são dois Estados que, pela sua geografia e passado, tiveram muito pouca interação a nível político ou económico. Para procurar responder à questão enunciada, duas hipóteses de partida são colocadas: (i) a da vantagem de ter um membro importante da NATO na União Europeia, que, vindo do Mediterrâneo Oriental, é periférico face ao núcleo duro europeu, tal como Portugal situado no outro extremo da Europa pela sua dimensão Atlântica; (ii) a do interesse em criar ligações económicas e comerciais com Estados que apresentam mercados importantes fora da União Europeia e das áreas tradicionais de relacionamento histórico-culturais portuguesas. Para testar estas duas hipóteses foi usada uma metodologia de tipo qualitativo. Assenta numa revisão, ainda que selectiva, da escassa literatura científica existente sobre o assunto bem como na análise dos documentos sobre a política externa do Estado português, incluindo declarações públicas dos governantes portugueses e turcos. Assim, será analisada a política externa portuguesa face à Turquia, com particular incidência nas duas últimas décadas, quando esta se tornou candidato oficial à adesão e se abriram negociações com a União Europeia.</p>

Introdução

Na história portuguesa há uma longa tradição de fascínio pelo Oriente, a qual não incluía o Império Otomano / Turquia, percebido como um rival religioso e inimigo político-económico. Eram as terras da Ásia mais distante geograficamente e o exotismo e mistério que gravitava à sua volta que exerciam um grande fascínio. Encontravam-se aí especiarias, pedras preciosas ou marfim, mas também corantes usados na indústria têxtil, todos bens muito apreciados na época medieval e para além dela. A imprecisão dos conhecimentos geográficos, largamente ainda os mesmos da Antiguidade, faziam pensar, por exemplo, que a Ásia emergia junto ao Nilo e não no Mar Vermelho, abrangendo a Etiópia. Essa era, aliás, segundo a lenda, a terra de um imperador cristão, rico e poderoso, conhecido como Preste João. A chegada marítima à Índia e o posterior desenrolar das descobertas portuguesas não fez diluir o fascínio pelo Oriente, que persistiu, ao longo do tempo, em várias versões. A cultura portuguesa contém muitas evocações orientais e em diversos pontos do Oriente há também referências aos portugueses dessa época. Esse período foi fundamental na criação dessa percepção. No século XVI, o poema épico português mais importante, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, foi uma

recriação, ao estilo das grandes epopeias clássicas da Grécia da Antiguidade, da viagem marítima à Índia. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, próxima do que se poderia chamar uma crónica de viagem, foi também uma descrição desse Oriente exótico e misterioso.

Tradicionalmente, o fascínio pelo Oriente português estava sobretudo ligado ao Oriente mais distante geograficamente, ou seja, a uma área que vai, grosso modo, da Índia ao Japão, passando pela China. O Império Otomano, situado num território que os europeus do século XIX chamavam o Próximo Oriente, o qual começava nos Balcãs e se estendia pela Ásia mais próxima do Mediterrâneo, nunca influenciou particularmente esse imaginário (excepto, talvez, por via indirecta, do romantismo europeu de finais do século XVIII e primeira metade do século XIX). Nem os portugueses tinham particular apreço, ou interesse, pelos otomanos/turcos com os quais tiveram vários choques militares, sobretudo no período de expansão marítima do século XVI. Os otomanos eram fundamentalmente rivais de outra religião (o Islão) em competição directa com o Cristianismo e também numa acérrima competição pelo comércio de especiarias e de outros produtos do Oriente.

¹ Manuscrito baseado na comunicação em língua inglesa apresentada ao 26º Congresso Mundial de Ciência Política / World Congress of Political Science - WC2021, realizado online a 13 de Julho de 2021.



Após um longo esquecimento entre Portugal e o Império Otomano/Turquia, que vai fundamentalmente de meados do século XVIII a meados do século XX, surgiu, gradualmente um período de alguma aproximação. Começou na II Guerra Mundial e estendeu-se às circunstâncias da Guerra-Fria, com a formação da NATO. Pela primeira vez na história de ambos estavam na mesma aliança e numa organização onde cooperavam em termos de segurança e defesa. Todavia, gradualmente, na transição do final do século XX para inícios do século XXI, gerou-se uma singular proximidade diplomática com a candidatura da Turquia à União Europeia. O fascínio pelo Oriente parece ter chegado à Turquia e impregnado a diplomacia portuguesa. Criou-se uma singular empatia e sintonia de posições entre ambos os Estados, só esfriada muito recentemente pelo crescente autoritarismo do seu governo e participação unilateral na guerra da Síria. Como notado, a questão é tanto mais curiosa dada a escassez de contactos no passado, ou, quando estes existiram, terem sido quase sempre em campos rivais, pelo menos até à formação da NATO em meados do século XX.

A questão fundamental que irá ser abordada nesta investigação é a da(s) razão(ões) do reiterado, quase entusiástico, apoio de Portugal à adesão da Turquia à União Europeia. A questão é intrigante na medida em que Portugal e a Turquia são dois Estados que, como já notado, pela sua geografia e passado, tiveram muito pouca interacção a nível político-militar ou económico. Ao mesmo tempo, uma Turquia na União Europeia iria previsivelmente competir com Portugal no acesso aos fundos estruturais, como mais um Estado beneficiário líquido. Para procurar responder à questão enunciada, duas hipóteses de partida são colocadas: (i) a da vantagem de ter um membro importante da NATO na União Europeia, que, vindo do Mediterrâneo Oriental, é periférico face ao núcleo duro europeu, tal como Portugal situado no outro extremo da Europa pela sua dimensão Atlântica; (ii) a do interesse em criar ligações económicas e comerciais com Estados que apresentam mercados importantes fora da União Europeia e das áreas tradicionais de relacionamento histórico-culturais portuguesas. Para testar estas duas hipóteses de resposta, será analisada a política externa portuguesa face à Turquia, com particular incidência nos últimos quinze anos, quando esta se tornou candidato oficial à adesão e se abriram negociações com a União Europeia. A metodologia usada vai assentar na leitura e análise dos documentos sobre a política externa do Estado português, em sentido amplo, incluindo aqui a diplomacia económica, e do Estado turco, bem como em declarações públicas dos seus governantes. Importa aqui notar que apesar da adesão da Turquia à União Europeia ter despertado um certo interesse em Portugal, ao nível e político, académico e da opinião pública, o tema específico da política externa portuguesa face à Turquia não foi praticamente objecto de investigação científica, como evidenciou a pesquisa preliminar efectuada. Assim, a passagem em revista sobre a escassa literatura existente sobre o assunto não irá também ser objecto de um ponto autónomo na abordagem, como é mais usual. Encontra-se, antes, diluída ao longo trabalho,

sendo especialmente referida e discutida na parte em que são analisadas as principais motivações subjacentes à diplomacia portuguesa face à Turquia. Quanto à estrutura da abordagem, está dividida em quatro pontos e seguiu uma linha analítica diacrónica, desde os remotos tempos Império Otomano até as relações contemporâneas com a República da Turquia, o Estado sucessor fundado por Mustafa Kemal Atatürk em 1923. Procurou-se assim fornecer uma perspectiva histórico-política sobre a forma como as relações contemporâneas entre os dois Estados estão actualmente configuradas, que permita aprofundar a sua compreensão.

1. Portugal e o Império Otomano/Turquia: entre atritos imperiais esporádicos e desconhecimento mútuo

“Vós, poderoso Rei, cujo alto Império / O Sol, logo em nascendo, vê primeiro; / Vê-o também no meio do Hemisfério, / E quando desce o deixa derradeiro; / Vós, que esperamos jugo e vitupério / Do torpe Ismaelita cavaleiro, / Do Turco oriental, e do Gentio, / Que inda bebe o licor do santo rio; [...]”² (Luís Vaz de Camões, *Lusíadas*, Canto I, 8ª estrofe). Este trecho do maior poema épico português, escrito no século XVI, sugere a percepção do Império Otomano como um rival religioso, político e comercial — e um obstáculo às ambições portuguesas de acesso às riquezas da Índia. Historicamente, os escassos encontros entre portugueses e turcos otomanos foram usualmente em campos rivais. Nos séculos XV a XVII, durante a fase de expansão marítima, os portugueses enfrentaram os otomanos e seus aliados em várias batalhas navais no golfo pérsico e no Índico. As guerras entre o Reino de Portugal e o Império Otomano foram confrontos entre forças navais portuguesas e a marinha dos otomanos e seus aliados. Ocorreram no Oceano Índico, durante a expansão do Império Português na Ásia e no Mediterrâneo oriental onde estava o núcleo do poder otomano — aí integrando coligações dos Habsburgos contra os otomanos, ou da República de Veneza também contra estes.

Vale a pena olhar, ainda que com uma necessária brevidade, para alguns desses confrontos. Aquele que teve mais impacto militar e histórico-económico ocorreu em 1509, no Oceano Índico e deu-se ao largo de Diu contra o Sultanato Mameluco do Egipto. Este último tentava impedir a criação de uma via marítima de comércio entre a Ásia e a Europa e procurava destruir a armada portuguesa com uma frota naval onde tinha nos seus aliados o Império Otomano. (Ironicamente, o próprio Sultanato Mameluco do Egipto, acabou por ser conquistado pelos otomanos pouco tempo mais tarde, na guerra de 1516-1517). Com a vitória naval portuguesa, esta foi uma “batalha que mudou o domínio do comércio global”, na qualificação de Jorge Nascimento Rodrigues e Tesseleno Devezas (2008), que dedicaram até um livro especificamente ao assunto. Um outro confronto ocorreu em 1535, na batalha e conquista de Tunes, quando Portugal

² Ver Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, 8ª estrofe, in *Project Gutenberg*. Acessível em:

<http://www.gutenberg.org/ebooks/3333>

[Acedido a

10/05/2021].

participou³ desta no âmbito da luta pelo controlo do Mar Mediterrânico contra os otomanos, numa coligação reunida pelo Imperador Habsburgo, e Rei de Espanha, Carlos V⁴ com a República de Génova, os Estados Pontifícios e a Ordem de Malta. Mais tarde, já em inícios do século XVIII, participou na guerra da República de Veneza contra o Império Otomano, novamente ao lado dos Estados Pontifícios e da Ordem de Malta e com outros aliados como a República de Florença e França. Embora Veneza tivesse perdido aí a sua maior possessão na Grécia — o Peloponeso (Moreia no nome otomano) — a participação portuguesa na batalha naval do Cabo Matapão⁵, em 1717, no extremo Sul da Grécia, ou seja, da Península do Peloponeso, quando os otomanos procuravam conquistar a ilha de Corfu, foi importante para impedir estes últimos de conseguir esse objectivo. A participação das forças navais portuguesas prestigiou D. João V, sendo um êxito em termos de estratégia diplomática de afirmação europeia.

Ao longo do século XVIII e durante o século XIX, esses episódios conflituais e de confrontos bélicos foram caindo gradualmente no esquecimento. Posteriormente, não houve quaisquer contactos de relevo, nem em guerra, nem em paz. Em grande parte, isso deve-se à distância geográfica e ao facto de ambos os Estados terem entrado, cada um à sua maneira, numa longa trajectória de declínio de poder, que culminaria na perda de ambos os impérios. O otomano colapsou em inícios do século XX, durante a I Guerra Mundial, quando as províncias árabes do império foram perdidas. O português manteve-se sobretudo em África, com grandes dificuldades, até à descolonização dos anos 1970. Voltando ao século XIX, só em meados desse século, em 1843, foram estabelecidas relações diplomáticas, sendo o Visconde de Seixal⁶ acreditado como o primeiro embaixador em Constantinopla (a actual Istambul), então capital do império. Nessa mesma altura foi ainda assinado, em Londres, um Tratado de Comércio, Amizade e Navegação entre Dona Maria II e o sultão Otomano. Mais tarde, já em finais do século, em 1883, foi assinado em Constantinopla um Protocolo entre Portugal e o Império Otomano, relativo à concessão a estrangeiros do direito de propriedade imobiliária. Na realidade, como se pode intuir facilmente pelo descrito, foram contactos políticos, diplomáticos e também económicos mínimos, sem grande relevância no âmbito das linhas fundamentais

de política externa do país, e também das suas relações económicas e comerciais com o mundo exterior.

Em inícios do século XX, a situação não se alterou substancialmente. O dado mais significativo é que voltou a reemergir o padrão clássico de relacionamento, ou seja, com Portugal e o Império Otomano a estarem em campos político-militares opostos nos grandes conflitos euro-mundiais de há cem anos. Sob o comando dos Jovens Turcos, que tinham chegado ao poder em 1908, o Império Otomano participou na I Guerra Mundial (1914-1918) ao lado da Alemanha e da Áustria-Hungria, com o objectivo de recuperar os territórios perdidos do Império, para a Rússia no Leste da Anatólia e nos Balcãs, ou seja, a parte europeia do Império, perdida praticamente toda na primeira guerra balcânica de 1912⁷. Mas Portugal entrou na guerra pelo campo oposto, ao lado dos seus aliados, Grã-Bretanha e França, o que levou ao corte das relações diplomáticas pelo Governo da I República. Participou nas negociações de paz que levaram ao Tratado de Sèvres de 1920, representado por Afonso Costa⁸, que o assinou também em nome do Estado português⁹. Mas esse tratado, que nunca chegou a entrar em vigor, previa o desmembramento do Império Otomano e a criação de um Estado para os arménios e outro Estado para os curdos, o que ainda hoje causa pesadelos na Turquia. Em qualquer caso, deixou uma má memória que ainda persiste na Turquia contemporânea e é captada pela expressão “fobia de Sèvres”.

No ano de 1926 foram estabelecidas — ou restabelecidas se consideramos que a Turquia foi, no plano do Direito Internacional, o Estado sucessor do Império Otomano — relações diplomáticas com a recém-fundada República da Turquia. Um dos escassos relatos portugueses dessa época é da autoria de António Ferro na *Viagem à Volta das Ditaduras* (1927). Vale a pena olhar para esse texto pela relevância política (e cultural) do seu autor¹⁰. Exerceu vários cargos diplomáticos nos anos 1950, durante o Estado Novo. Nos anos 1920, a ascensão dos autoritarismos fascinou-o. Usou a arte e a modernidade da primeira metade do século XX a favor da imagem do governo de António de Oliveira Salazar, onde dirigiu o Secretariado da Propaganda Nacional, mais tarde designado eufemisticamente Secretariado Nacional de Informação. (Anteriormente tinha sido director da Revista Orpheu e colaborado com várias revistas e jornais, o Século, a Ilustração Portuguesa, etc.). Na “Viagem à Volta

³ Ver J. Semedo de Matos (2009), “O Infante D. Luís na conquista de Tunes / A Marinha de D. João III (44)” in *Revista da Armada*, Abril, p. 14, Acessível em: https://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/Revista_Arma_da/2009/index.html#p=125 [Acedido a 10/05/2021].

⁴ Ver “Carlos V contra el imperio otomano” In *LC.Historia, revista digital de Historia* n.º 3 (Política Exterior de Carlos I), Acessível em <https://www.lacrisisdelahistoria.com/carlos-v-contra-el-imperio-otomano/> [Acedido a 10/05/2021].

⁵ Academia da Marinha, *Batalha Naval do Cabo Matapão (Julho de 1717)*, Acessível em: [https://academia.marinha.pt/pt/multimedia/sessoesculturais/Paginas/Batalha-Naval-do-Cabo-Matapao-\(julho-1717.aspx](https://academia.marinha.pt/pt/multimedia/sessoesculturais/Paginas/Batalha-Naval-do-Cabo-Matapao-(julho-1717.aspx) [Acedido a 10/05/2021].

⁶ Ver MNE-Ministério dos Negócios Estrangeiros / República Portuguesa (s/d), “Turquia” in *Portal Diplomático*, Acessível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/turquia> [Acedido a 9/05/2021].

⁷ Ver “Balkan Wars” (s/d) in *Encyclopaedia Britannica*, Acessível em <https://www.britannica.com/topic/Balkan-Wars> [Acedido a 10/05/2021].

⁸ Para os políticos portugueses republicanos da época que tinham forçado a participação portuguesa na guerra ao lado dos Aliados, com o duplo objectivo de auto-legitimarem a República e obterem compensações territoriais coloniais à custa da Alemanha, as negociações do pós-guerra foram um fracasso (especialmente no que diz respeito aos objectivos coloniais).

⁹ Ver *Traité de paix entre les Puissances alliées et associées et la Turquie (Sèvres, 10 août 1920)*, Acessível em <https://mjp.univ-perp.fr/traites/1920sevres.htm> [Acedido a 10/05/2021].

¹⁰ Ver “António Ferro - nota bio-bibliográfica” (s/d) in *Fundação António Quadros*, Acessível em: http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=14&Itemid=39 [Acedido a 10/03/2020].

das Ditaduras”, a terceira parte é intitulada “à volta da ditadura de Mustafa Kemal”. Nela descreve as transformações do Império Otomano na actual República da Turquia, centradas na figura de Mustafa Kemal (mais tarde Atatürk). É um texto curioso como documento histórico e político. As impressões de António Ferro oscilam entre a admiração e o cepticismo face às radicais transformações em curso. Há também um preconceito face aos turcos como povo não europeu, algo comum na época. Vejamos algumas das descrições e comentários mais ácidos e também particularmente curiosos¹¹.

Comparando a metamorfose do Império Otomano em Turquia com a extraordinária transformação da vizinha Rússia dos czars em União Soviética, António Ferro notou o seguinte: “Assim, com esta mutação completa, não se compreende que no mapa continue a existir uma nacionalidade que se chama Turquia” e que mantém, “no seu estandarte, a foice do Crescente... A grande verdade é que o Crescente ... foi-se Os soviets foram mais lógicos quando mudaram para Leninegrado o nome glorioso e evocador de S. Petersburgo. A Turquia de Mustafa Kemal é uma nacionalidade nova plantada nas ruínas duma velha civilização.” (Ferro, s/d:294-295). Sobre a mudança da capital para o interior da Anatólia ironizou ainda: “A Turquia tinha a sua capital na Europa: Constantinopla. Mustafa Kemal mudou-a para Ancara. Para quem deseja europeizar a Turquia, este mergulho na Ásia Menor é um paradoxo” (idem:296). Mostrando também o seu cepticismo sobre o sucesso das medidas ocidentalizadoras implementadas por Mustafa Kemal, observou que este “nunca poderá é ocidentalizar a sua alma, a sua alma teimosa” (idem:348). O cepticismo de António Ferro estava imbuído de um certo preconceito, como se pode observar num comentário sobre a aparência ocidental de Mustafa Kemal, que viu, pela primeira vez, num cine-teatro em Ancara: “continua a não parecer-se nada, apesar de todos os disfarces, com o manequim que deseja impor ao seu povo, continua a ser um turco, um turco sectário, um turco dissimulado que arrancou o fez para inglês ver, mas que teve o cuidado, em seguida, de forrar, com ele, o seu chapéu de coco...” (idem:327).

Para além da ironia cáustica de António Ferro nas suas descrições de viagem à Turquia de Mustafa Kemal (mais tarde Atatürk), apesar de (re)estabelecidas em 1926 as relações diplomáticas entre ambos os Estados também nunca tiveram qualquer expressão de relevo. Mantiveram fundamentalmente o padrão já conhecido e descrito no mundo anterior à I Guerra Mundial — ou seja, de uma escassez de contactos e de interesses que existia entre Portugal e o Império Otomano / Turquia. Uma mudança significativa começou a emergir mais tarde, durante os anos 1940, mais aí já num contexto muito diferente, ligado às circunstâncias da II Guerra Mundial — só em 1941, já em pleno conflito bélico, onde ambos começaram por ser Estados neutrais, foram abertas missões diplomáticas¹² em Lisboa e em Ancara, a capital da nova Turquia de Atatürk — e, mais tarde, a partir de 1946/1947, nos inícios da Guerra-Fria entre os EUA e a União Soviética. Foi nesse

contexto que começou uma certa aproximação e convergência de interesses entre os dois Estados. Fundamentalmente ocorreu devido ao facto de ambos terem passado a olhar para os EUA como uma grande potência global, crítica para a sua própria segurança no mundo hostil da Guerra-Fria. Mas ainda não foi aí que começou a despontar aquilo que podemos designar, com alguma ironia, como “fascínio pelo Oriente” (leia-se pela Turquia) da diplomacia portuguesa.

2. Portugal e a Turquia nos primórdios da NATO: uma aproximação sob tutela dos EUA

Durante a II Guerra Mundial, a União Soviética / Rússia passou a ser o ponto de convergência de posições entre ambos, pela aversão ideológica — e no caso da Turquia — do receio de uma nova expansão territorial. Geograficamente nos extremos do Mediterrâneo, Portugal e Turquia foram Estados neutrais durante a II Guerra Mundial (a Turquia entrou formalmente na guerra nos meses finais). Por razões diferentes, mas em parte convergentes, estiveram numa posição político-militar delicada face aos beligerantes. No caso da Alemanha, esta poderia sentir-se tentada a levar a cabo uma invasão em busca de recursos naturais importantes para a sua máquina industrial de guerra — o volfrâmio no caso de Portugal e uma eventual passagem para os territórios de petróleo no Iraque, no caso da Turquia. Quanto a Portugal, também era um aliado histórico dos britânicos e estava dependente economicamente deste. Quanto aos turcos, o Presidente que sucedeu a Atatürk, Ismet İnönü, tinha ainda bem viva a imagem da derrota completamente desastrosa da I Guerra Mundial, pelo que estava decidido a manter o país fora da guerra. Embora não tão desastrosa como o Império Otomano, Portugal também tinha tido uma má experiência com a participação na I Guerra Mundial.

No caso da Turquia, no Verão de 1944, após o desembarque bem-sucedido dos Aliados na Normandia — e quando já era claro o desfecho da guerra a favor destes — cortou relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha. Em inícios do ano seguinte, em 1945, acabou também por declarar guerra à Alemanha Nazi e ao Japão. Foi essencialmente um acto simbólico e oportunístico para se associar aos vencedores e participar na Conferência de São Francisco de 1945, na qual tece origem a Organização das Nações Unidas (ONU). Todavia, a ruptura com a Alemanha foi julgada pelo *Pravda* soviético como tardia, pois consistia numa acção que já não poderia influir no resultado da guerra. Como o *Pravda* era um órgão de informação soviético semi-oficial, provocou inquietação no Governo da Turquia face às possíveis atitudes da União Soviética após o fim da guerra. De facto, em países com governos nacionalistas e autoritários, com alguma proximidade ideológica com o fascismo — era esse o caso de Portugal, mas também da Turquia, a derrota final da Alemanha Nazi era vista com preocupação, pois temia-se que desse um novo fôlego e oportunidade de acção política subversiva de grupos comunistas pró-soviéticos¹³.

¹¹ Nas citações a seguir efectuadas do livro de António Ferro é usada a mesma ortografia deste artigo, não a ortografia original desse texto, hoje em desuso.

¹² Só em 1957 a missão diplomática de Portugal em Ancara foi elevada à categoria de embaixada.

¹³ Ver João José Horta Nobre (2013), *A Diplomacia Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, tese de mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Acessível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/36003> [Acedido a 8/05/2021].

A política externa portuguesa seguida pelo Governo de Salazar tem de ser aferida face ao contexto extraordinariamente conturbado da época. O Estado Novo por este criado, no início dos anos 1930 foi fortemente influenciado pela constante turbulência política da I República (1910-1926) e pelo profundo anti-bolchevismo / anti-comunismo das correntes intelectuais e políticas mais conservadoras e nacionalistas da época. Oliveira Salazar intuía — correctamente — que a II Guerra Mundial poderia ter efeitos extremamente nefastos a nível económico, financeiro e político, podendo colocar em causa a sua própria sobrevivência política no poder. Por esse motivo, a política externa portuguesa baseou-se numa (auto)marginalização do país face ao conflito, tentando manter, ao mesmo tempo, no fundamental, a aliança com os britânicos. Tal como a Turquia, embora cada um com as especificidades da sua situação geopolítica, Portugal fazia um número de equilíbrio entre os beligerantes, procurando não ser arrastado para o conflito militar. Ao mesmo tempo, descobria curiosos pontos de contacto com a Turquia: um medo e ódio ao comunismo soviético; e um passado glorioso que contrastava com a pobreza, atraso industrial e tecnológico e fragilidade do presente. Se as circunstâncias da II Guerra Mundial causaram algum interesse e aproximação entre ambos os Estados, foram sobretudo as circunstâncias da Guerra-Fria e a política de *containment* da União Soviética, posta em prática pelos EUA, a nível europeu e global, que os aproximaram a partir da fundação da NATO, em 1949. Durante a II Guerra Mundial e no pós-guerra, uma disputa em torno da passagem nos estreitos do Bósforo e Dardanelos reemergiu. Várias tensões ocorreram entre a União Soviética e a Turquia durante a II Guerra Mundial devido à passagem de navios alemães e italianos com tripulações civis nos estreitos. Conforme explica Jamil Hasanli, “Em 7 de Agosto de 1946, a União Soviética apresentou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia uma nota intitulada *O Konventsii Montre po Chernomorskim prolivam* (“Sobre a Convenção de Montreux¹⁴ relativa ao Regime do Estreitos”), a qual dizia que os acontecimentos da última guerra tinham demonstrado claramente que o regime dos Estreitos do Mar Negro deixara de atender aos interesses de segurança das potências do Mar Negro e não previa condições que impediriam seu uso para fins hostis às mesmas. A nota chamava a atenção para o facto de, em várias ocasiões, os navios de guerra alemães e italianos terem passado pelos Estreitos, o que provava, segundo a mesma nota, que o regime deixara de ser confiável e que a Turquia era responsável por isso.”¹⁵ Mas a pressão soviética não era apenas exercida em relação à navegação no estreitos no Bósforo e Dardanelos, ou seja, sobre a passagem do Mar Negro para o Mediterrâneo e o inverso.

Estaline reivindicou o território do Leste da Anatólia sobre o qual a República Soviética da Geórgia teria direitos históricos que teriam sido usurpados pelos turcos. Em termos geopolíticos, as reivindicações soviéticas permitiriam fortalecer a sua posição no Mar Negro (e enfraquecer a influência britânica na região). Esta pressão soviética trouxe más memórias à Turquia: mais do que qualquer outra grande potência, foi a Rússia que teve o maior papel no retrocesso¹⁶ do Império Otomano, sobretudo nos seus territórios na Europa e no Cáucaso.

Assim, o primeiro alargamento da NATO, fundada pelo Tratado de Washington em 1949, à Turquia (e à Grécia) em 1952, levanta questões interessantes do ponto de vista dos valores democráticos e liberais. Na realidade, a Turquia dessa época, apesar de alguma abertura do seu sistema político ao jogo eleitoral no pós-II Guerra Mundial, não era uma democracia liberal no sentido que usualmente tem o conceito e que abrange um amplo pluralismo político e social, um Estado de Direito respeitador dos direitos fundamentais e das minorias, etc. Não houve uma ruptura política substantiva com o modelo de ‘despotismo iluminado’ (ou seja, autoritário) secular criado por Atatürk, que António Ferro teve oportunidade de observar em meados dos anos 1920 na sua “viagem à volta das ditaduras”. A entrada da Turquia na NATO em 1952¹⁷ — tal como a de Portugal como membro fundador em 1949 — tem de ser procurada em razões geopolíticas e estratégicas da Guerra-Fria, não numa (teórica) convergência de valores democráticos e liberais com a generalidade dos restantes Estados-Membros da organização. E aqui encontramos pontos de contacto da Turquia com o Estado português da época. Embora cada um com a sua especificidade, ambos eram de alguma forma ‘estranhos’ num clube de democracias liberais euro-ocidentais¹⁸.

Como notou Nuno Severiano (1999:17), são fundamentalmente três as questões que se colocam a propósito da participação de Portugal na NATO, desde 1949, como membro fundador: (i) a primeira é do “porquê” do convite a Portugal feito pela potências que estavam a negociar o Tratado de Washington?; (ii) a segunda questão coloca-se, precisamente, da perspectiva inversa, isto é: qual a razão pela qual Portugal aceitou esse convite?; (iii) a terceira é sobre as consequências para o país, ao nível da política externa, da política de defesa (e da própria política interna). Como este explica em seguida (idem:18), a resposta à primeira questão é de “natureza, fundamentalmente, geopolítica e geoestratégica e está na base da constituição do próprio sistema de segurança mundial”, o qual estava a ser implementado pelos EUA para contenção da União Soviética. Tal como já referido, importa que Portugal, nessa época, tinha um regime autoritário, tinha sido

¹⁴ Ver *Convention Concernant le Régime des Détroits* signée à Montreux le vingt Juillet 1936 (Convenção de Montreux Relativa ao Regime dos Estreitos), Acessível em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1583851227431 [Acedido a 10/05/2021].

¹⁵ Ver Jamil Hasanli (2009), “*The Turkish crisis of the Cold War Period and the South Caucasian Republics (Part II - The Rise of Pro-American Sentiments in Turkey)*”, Acessível em https://www.ca-c.org/c-g/2009/journal_eng/c-g-1/13.shtml [Acedido a 10/03/2021].

¹⁶ Ver “Russo-Turkish Wars” in *Encyclopaedia Britannica* (s/d), Acessível em <https://www.britannica.com/topic/Russo-Turkish-wars> [Acedido a 10/05/2021].

¹⁷ Ver NATO (2012), “NATO Archives presents ‘NATO’s First Enlargement’”, 18 de Junho, Acessível em https://www.nato.int/cps/en/natolive/news_89245.htm [Acedido a 16/05/2021].

¹⁸ Os doze Estados fundadores da NATO em 1949 foram os seguintes: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos da América.

neutral durante a II Guerra Mundial, e estava afastado, e/ou foi mesmo marginalizado da reorganização do mundo no pós-guerra. Quanto à segunda questão (o que levou Portugal a entrar?), como nota Nuno Severiano Teixeira várias explicações têm sido apontadas. Provavelmente o medo do comunismo soviético e do alastrar da sua influência na Europa e no mundo, bem como o facto de ser também uma garantia face a potenciais intenções expansionistas da vizinha Espanha franquista terão influído na decisão. O facto de o tradicional aliado britânico estar entre os membros fundadores ter pressionado também essa participação terá tido o seu peso na decisão. Quanto à terceira questão, entre outras consequências — por exemplo, tornar os EUA o principal aliado militar de Portugal —, acabou também por dar uma legitimidade adicional ao Governo autoritário de Salazar. Nesse contexto, a diplomacia portuguesa poderia ter visto no caso da entrada da Turquia uma forma de diluir a ideia de ser uma ‘anomalia autoritária’ dentro da NATO, só aceitável por importantes razões geopolíticas e geoestratégicas. Mas não foi bem essa a atitude inicial. Por um lado, havia uma percepção positiva sobre o alargamento, pois acreditava-se que a sua entrada, tal como a da Grécia, “tendia a reduzir a possibilidade de localizar um conflito numa determinada zona, nomeadamente a zona da Alemanha, ao mesmo tempo que dava um sinal de ‘provocação’ à União Soviética”. Mas houve também alguma resistência inicial à sua entrada de um Estado com as características da Turquia, pois considerava-se que punha em causa o espírito da NATO, baseado numa “associação de Estados com a mesma herança, cultura e objectivos”¹⁹. Apesar dessa resistência e hesitações iniciais à adesão da Turquia, a sua concretização acabou por trazer ganhos para a diplomacia e política externa portuguesa da época. O alargamento foi oficialmente realizado durante a nona sessão do Conselho do Atlântico Norte²⁰, tendo a sessão de abertura, realizada a 20 de Fevereiro de 1952, decorrido na Assembleia Nacional (hoje Assembleia da República), em Lisboa. Para o Governo de Salazar, essa importante reunião política da NATO em Lisboa permitiu um protagonismo político e visibilidade no exterior do país, aproximando-o das potências ocidentais — especialmente dos EUA —, ou seja, contrariando a ideia do seu isolamento internacional. Em síntese, e conforme anteriormente explicado, foram sobretudo as circunstâncias da Guerra-Fria e em particular a política norte-americana de *containment* da União Soviética, que aproximaram gradualmente ambos os países no contexto da NATO, embora com reservas iniciais do Governo de Salazar quanto à Turquia. Ainda que inseridos em contextos geopolíticos específicos, ambos passaram a

depender crucialmente dos EUA como garante da sua defesa e segurança militar.

3. Na génese do ‘fascínio pelo Oriente’: a diplomacia portuguesa face à adesão da Turquia à União Europeia

Aferida pelos acordos bilaterais celebrados, entre 1988 e 2014 a actividade diplomática entre Portugal e a Turquia foi mais intensa²¹ — dez acordos celebrados num período de cerca de duas décadas e meia — do que em todo o relacionamento anterior, incluindo aí as relações com o antigo Império Otomano datadas de meados do século XIX. Apesar desse afã de celebrar convenções bilaterais, sobretudo na área da cooperação económica, os resultados práticos são pouco expressivos, como mostram os dados da AICEP/Portugal Global (2017:14-21). “O mercado da Turquia assume uma posição relativamente modesta no contexto do comércio internacional português de bens e serviços. Em 2016, a quota foi de 0,66% enquanto cliente e de 0,79% como fornecedor. 2012 para 501,6 milhões de euros em 2016. O crescimento médio anual, no período 2012-2016, foi de 7,3%.” Quanto ao comércio de bens, “as exportações portuguesas de bens para a Turquia e as importações provenientes desse país não são muito significativas”. A Turquia ocupou, em 2016, o 17º lugar no *ranking* das exportações, tal como se verificou nos quatro anos anteriores. A sua quota no valor global das exportações foi de 0,84% nesse ano. Enquanto origem de importações, a Turquia ficou no 16º lugar no respetivo *ranking* em 2016. A quota desse país no total das importações portuguesas foi de 0,87% nesse mesmo ano. No caso do turismo, um dos mais importantes sectores da economia portuguesa, os dados do Banco de Portugal relativos aos últimos cinco anos revelam que “a Turquia tem pouca expressão enquanto mercado emissor de turistas” (0,2% em 2016 nas receitas de hotelaria globais). Mesmo tendo em conta que há um algum desfasamento temporal nestes dados — que, todavia, são os mais recentes divulgados pela AICEP/Portugal Global —, a imagem que daí emerge é a da já referida pouca expressão do mercado turco para a generalidade da economia e empresas portuguesas. Naturalmente que isso não significa que não existam sectores ou empresas onde esse mercado possa ter uma relevância bastante superior à indicada.

Um outro argumento económico — e também geopolítico — está relacionado com a questão energética e em particular com a segurança no abastecimento de petróleo e de gás natural. Foi explicitamente invocado por um antigo Presidente da República Portuguesa (Aníbal Cavaco Silva) num discurso na Grande Assembleia Nacional, em Na-

¹⁹ Ver Daniel Marcos (2010), “Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952” in *R.I (Relações Internacionais)*, nº 27, Setembro, pp. 65-80, Acessível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n27/n27a07.pdf> [Acedido a 16/05/2021].

²⁰ A Turquia esteve representada pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fuat Köprülü.

²¹ Nesse período, foram celebrados os seguintes acordos bilaterais entre Portugal e a Turquia: em 1988, acordo sobre relações culturais; em 1993, acordo sobre transporte aéreo e acordo de cooperação no domínio do turismo; em 1994, acordo de cooperação económica industrial e técnica; em 2001, acordo

sobre a promoção e protecção recíprocas de investimentos; em 2005, acordo relativo aos transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal; em 2013, acordo de cooperação no domínio da indústria de defesa; em 2014, acordo de cooperação científica e tecnológica e acordo de cooperação marítima. Ver MNE-Ministério dos Negócios Estrangeiros / República Portuguesa (s/d), “Turquia” in *Portal Diplomático*, Acessível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/turquia> [Acedido a 18/05/2021].

cara, durante uma visita de Estado à Turquia em 2009: “A União Europeia precisa de uma política energética comum. Uma política que garanta, no exterior, a diversidade das fontes de abastecimento e dos circuitos de distribuição, e, no interior, a interligação de redes. A Turquia pode ter, neste domínio, um contributo decisivo.”²² O argumento tem algum peso para a União Europeia no seu conjunto, pois é conhecida a sua dependência energética, nomeadamente da Rússia no gás natural, o que levanta também sensíveis questões geopolíticas. Todavia, merece dois reparos. O primeiro é que o abastecimento energético de Portugal — em particular do gás natural — tem sobretudo origem em dois países do Sul do Mediterrâneo e África (a Argélia e a Nigéria, com cerca de 2/3 desse abastecimento²³), nada tendo a ver com os gasodutos que possam atravessar o território da Turquia. Ao contrário dos países do Centro e Leste Europeu, não há aqui nenhum interesse particular de Portugal por essa questão. Se já era assim há uma década, mesmo para a União Europeia no seu conjunto, a Turquia tem vindo a perder interesse nessa matéria. Isso decorre das recentes descobertas de gás natural no Mediterrâneo Oriental, ao largo de Chipre, numa zona próxima também de Israel e do Egipto (ver Theodoros Tsakiris, 2018), o que gera até novas tensões entre esta e os seus vizinhos mediterrânicos, entre os quais estão três membros da EU: Chipre, Grécia e Itália²⁴.

Se as relações económico-comerciais bilaterais, incluindo aí a questão energética, nada têm de particularmente importante face a outros parceiros comerciais, dificilmente explicam então a relevância que a Turquia adquiriu na política externa portuguesa. Nem provavelmente explicam o firme apoio diplomático à adesão desse Estado à União Europeia, após ter sido aceite como candidato oficial em 1999 e posteriormente aberto as negociações em 2005. Afastada a explicação da diplomacia económica, a explicação fundamental terá, por isso, de ser procurada algures, noutra tipo de razões. Uma pista para perceber essas razões pode ser encontrada num texto publicado por Ahmet Davutoğlu (2010) na imprensa portuguesa. Na altura, este ocupava o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo do então Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan (hoje Presidente da República) e era um diplomata e político influente no seu país e no exterior (posteriormente, Ahmet Davutoğlu ocupou o cargo de Primeiro-Ministro da Turquia).

Vejamos melhor a sua argumentação para tentarmos descortinar as razões da grande importância — e apoio diplomático — dado por Portugal à adesão da Turquia à União Europeia. Nesse texto começou por usar uma

estratégia retórica clássica de todos os estrangeiros que procuram engrandecer o país (tal com fez mais recentemente a diplomacia chinesa), usando o passado português das grandes viagens dos navegadores dos séculos XV e XVI: “Para os turcos, Portugal é sobretudo conhecido pelos seus corajosos marinheiros como Vasco da Gama, que conseguiu explorar as rotas marítimas que abriram novos caminhos na história mundial. Estas explorações cruciais mudaram drasticamente os capítulos seguintes da humanidade.” Aparentemente, o facto de isso ter causado ressentimento no Império Otomano e seus aliados, pela perda do lucrativo monopólio do comércio das especiarias, não é conhecido ou lembrado pelos turcos actuais. Mas Ahmet Davutoğlu acentua também a importância da dimensão Mediterrânica de Portugal dizendo que, apesar de ser “um país oceânico, é impossível imaginar um Mediterrâneo sem Portugal”. A afirmação é curiosa, pois Portugal, quer em termos culturais, quer geopolíticos, sempre esteve largamente orientado para o Atlântico. Na realidade, no Mediterrâneo nunca desempenhou qualquer papel de relevo, ao contrário, por exemplo, da vizinha Espanha. Acrescentou ainda, em seguida, que “partilhamos os valores universais, tais como a democracia, o pluralismo e a liberdade, que identificam a Europa”. Mas esta frase hoje soa particularmente vazia de conteúdo, dada a derivada autoritária²⁵ da Turquia, com constantes atropelos, de maior ou menor gravidade, aos direitos humanos²⁶ e à democracia pluralista.

Em seguida, traça um paralelismo entre o caso português e o caso turco, procurando mostrar como a Turquia poderá replicar o exemplo de sucesso da integração portuguesa na União Europeia (Ahmet Davutoğlu, *idem*): “O pedido de adesão de Portugal à UE em 1977 ajudou-o a ancorar-se na sua área natural geopolítica, a Europa, e nos valores fundamentais que definem a identidade europeia. A sua adesão em 1986 teve consequências para lá das fronteiras da Europa e permitiu-lhe a difusão destes valores no exterior de forma mais eficaz, em particular nos países lusófonos de África e da América Latina. De igual modo, a Turquia é a porta de entrada natural que liga a Europa ao mar Negro, ao Cáucaso, ao Médio Oriente e à Ásia Central, para além de ter os seus próprios laços culturais, económicos e sociais com essas regiões. Por outras palavras, assim como a adesão à EU consolidou o acervo democrático de Portugal e aumentou a sua influência nos países lusófonos de África e da América Latina, também a adesão da Turquia à União terá um impacto positivo sobre a vasta área onde a Turquia é considerada como modelo.” Quer dizer, para além das vantagens que a adesão portuguesa trouxe para o espaço

²² Ver Aníbal Cavaco Silva (2009), *Discurso do Presidente da República perante o Plenário da Grande Assembleia Nacional Turca*. Ancara, 12 de Maio, in Arquivo da Página Oficial da Presidência da República Portuguesa 2006-2016, Acessível em: <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=27281&action=7> [Acedido a 22/05/2021].

²³ Ver Direcção Geral de Energia e Geologia, Relatório sobre Avaliação dos Riscos que afectam o aprovisionamento de Gás Natural em Portugal, Fevereiro de 2017, Acessível em <http://www.dgeg.gov.pt/wwwbase/wwwinclude/ficheiro.aspx?access=1&id=15863>. [Acedido a 22/05/2021].

²⁴ Ver Marc Pierini (2018), “Gas and Gunboats Around Cyprus” in *Carnegie Europe*, 18 March, Acessível em:

<https://carnegieeurope.eu/strategieurope/75838> [Acedido a 22/05/2021].

²⁵ Ver Jean-François Bayart (2017), “Turkey: Erdoğan’s Authoritarian Turn” in *Global Challenges* (Democracy at Risk), Issue nº 2, September, Acessível em: <https://globalchallenges.ch/issue/2/turkey-erdogan-authoritarian-turn/> [Acedido a 27/05/2021].

²⁶ Human Rights Watch (2020), *Turkey. Events of 2019*, Acessível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/turkey> [Acedido a 10/03/2021].

lusófono — e que a futura adesão da Turquia traria também para o mundo turcófono —, esta iria ainda “providenciar a energia fresca e o dinamismo de que a União necessitará no futuro”, constituindo uma oportunidade para a União Europeia “reforçar o seu estatuto global”.

Mas a questão não era apenas de uma convergência de interesses económicos ou estratégicos mais gerais. Para Ahmet Davutoğlu existia também uma convergência profunda de valores, “uma mesma visão para o futuro” do continente, de “uma Europa que reforce o seu *soft power* e faça singrar os seus valores universais, que não seja monolítica, que promova a diversidade, que seja um actor confiante na política global. A adesão da Turquia ajudaria a Europa a transformar esta visão numa realidade.” Em seguida, elogiou a atitude de política externa portuguesa como sagaz e exemplar (*ibidem*): “Portugal tem vindo a defender a condução das relações com a Turquia de acordo com o princípio *pacta sunt servanda* (os pactos devem ser respeitados), um pilar central do projecto de integração europeia. Como nós, Portugal também acredita que o dom da UE de conseguir a transformação democrática nos países da adesão só pode fazer a sua magia caso o processo seja justo e credível. Portugal está também plenamente consciente do papel da Turquia no sentido de ajudar a integrar a sua vizinhança, económica, social e politicamente, na economia global, promovendo assim os interesses europeus em muitos aspectos.” Nos seus elogios, Ahmet Davutoğlu não se coibiu de ir mais longe, falando de uma “postura visionária da classe política portuguesa” que teria visto o que outros não viram, ou não perceberam bem que era do interesse União Europeia. Atente-se neste excerto final, onde explicou as razões pelas quais a diplomacia portuguesa dava um sólido apoio à adesão europeia do seu país: “Se me pedissem para discernir as razões mais amplas do apoio firme de Portugal à adesão da Turquia, gostaria de começar por citar a convergência das expectativas dos dois países em relação à adesão à UE. A solidariedade no Mediterrâneo também

se destaca como um bom factor motivador. Mas, sobretudo, gostaria de saudar a postura visionária da classe política portuguesa, que vê a Turquia como um activo em vez de um passivo para o processo da integração europeia.”

Quer dizer, a diplomacia turca compreendeu correctamente, que, especialmente a partir da adesão de Portugal às Comunidades Europeias — ocorrida em 1986 —, estava a emergir gradualmente no nosso país um terreno que lhe era favorável à sua imagem e à sua candidatura à adesão às Comunidades/União Europeia. Nesse período, sobretudo a partir do final dos anos 1990 e na década seguinte, a diplomacia turca foi bastante activa entre nós, tendo, de um modo geral, uma boa receptividade nos meios políticos, diplomáticos, académicos e nos *media* portugueses. No caso da diplomacia portuguesa, esta parece ter criado uma especial empatia com as dificuldades e caminho tortuoso que a Turquia teve de percorrer até ser aceite como candidato oficial e abrir negociações de adesão em 2005²⁷. Uma explicação para isso poderá ser rever-se em certas dificuldades que Portugal também teve de ultrapassar no seu processo de adesão às Comunidades Europeias, no final dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Seja como for, pelo menos desde 2003 / 2005 políticos portugueses de diferentes quadrantes, que representavam o Estado português ao mais alto nível, como o então Primeiro-Ministro José Sócrates²⁸, os Presidentes da República Jorge Sampaio²⁹ e Aníbal Cavaco Silva³⁰, os Ministros dos Negócios Estrangeiros como Diogo Freitas do Amaral³¹ e Luís Amado³², os embaixadores prestigiados como José Cutileiro, em diferentes textos na sua coluna semanal “O mundo dos outros” no influente jornal semanário *Expresso* e outros(as) como a embaixadora Manuela Bairos, na revista do Instituto Diplomático *Negócios Estrangeiros* e ainda diversos académicos — por exemplo, Rogério Leitão (2005, 2008), André Barrinha (Leitão & Barrinha, 2007) e Paulo Gorjão (2012), entre vários outros. Em todos estes casos se

²⁷ Ver o artigo da Embaixadora Manuela Bairos “Onde Fica a Turquia na Europa” (2004). Nele faz também uma síntese das relações entre a Turquia e as Comunidades / União Europeia, a qual aqui se reproduz (p. 76): “As relações entre a Turquia e a UE remontam a Setembro de 1959, quando o Conselho de Ministros da CEE aceitou os pedidos de Ancara e Atenas para se tornarem Estados associados. Entre os principais momentos que marcam o percurso europeu da Turquia, merecem especial referência: – o Acordo de Associação foi assinado com a Turquia em Setembro de 1963 com o objectivo de conduzir este país à adesão plena, através da realização faseada de uma união aduaneira com a CEE; – em 1987, a Turquia apresentou um pedido formal de adesão, sobre o qual a Comissão recomendou o aprofundamento da união aduaneira, em conformidade com as novas exigências do Mercado Único; – com esta finalidade, foi assinado um acordo formal de União Aduaneira em 1995; – a não inclusão da Turquia da lista de candidatos no CE do Luxemburgo, em 1997, seria compensada dois anos mais tarde pelo reconhecimento no CE de Helsínquia da candidatura da Turquia; – em 2001, foi adoptada a Parceria de Adesão definindo as medidas necessárias a curto e médio prazo para o cumprimento dos critérios de adesão; – em Dezembro de 2002, no CE de Copenhaga, contrariamente às expectativas de Ancara, não foi estabelecida uma data para o início das negociações, decisão que foi deferida para o CE de Dezembro de 2004.”

²⁸ Ver “Portugal na linha da frente do apoio” in *JN*, 3 de Outubro de 2005, Acessível em

<https://www.jn.pt/arquivo/2005/portugal-na-linha-da-frente-do-apoio-515502.html> [Acedido a 12/05/2021].

²⁹ Ver “Jorge Sampaio reitera apoio à adesão da Turquia à União Europeia” in *Público*, 15 de Setembro, <https://www.publico.pt/2003/09/15/politica/noticia/jorge-sampaio-reitera-apoio-a-adesao-da-turquia-a-uniao-europeia-1166352> [Acedido a 10/03/2021].

³⁰ Ver Aníbal Cavaco Silva (2009), *Discurso do Presidente da República perante o Plenário da Grande Assembleia Nacional Turca. Ancara*, 12 de Maio, in *Arquivo da Página Oficial da Presidência da República Portuguesa 2006-2016*, Acessível em <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=27281&action=7> [Acedido a 22/05/2021].

³¹ “Opinião pública deve trocar o medo pela esperança sobre Turquia na UE, diz Freitas [do Amaral]” in *RTP Notícias / Lusa*, 3 de Novembro de 2005, Acessível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/opiniao-publica-deve-trocar-o-medo-pela-esperanca-sobre-turquia-na-ue-diz-freitas_n19809 [Acedido a 10/03/2021].

³² “[Luís] Amado considera ‘inaceitável’ interrupção brusca na adesão da Turquia” in *RTP Notícias / Lusa*, 3 de Novembro de 2007, Acessível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/amado-considera-inaceitavel-interruptao-brusca-na-adesao-da-turquia_n141885 [Acedido a 10/03/2021].

encontram, sob diferentes estilos, declarações e/ou análises político-estratégicas, algumas abertamente entusiásticas, outras mais contidas e cautelosas — mas, no geral, todas bastante compreensivas —, face à possível adesão da Turquia à União Europeia.

Note-se que, em 2015, quando já eram bastante evidentes os sinais da deriva autoritária de Recep Tayyip Erdoğan, Portugal mantinha-se firme no apoio à adesão da Turquia, sendo naturalmente muito elogiado nessa posição pelo então Primeiro-Ministro turco, Ahmet Davutoğlu, que retribuía afirmando que Portugal era o país que ‘melhor entendia’ a Turquia no longo processo de negociações de adesão à União Europeia (UE), definido como um ‘objectivo estratégico’. Acrescentava ainda o Primeiro-Ministro turco que “Portugal tem surgido como um porta-voz da Turquia em Bruxelas” pelo que “parece ser o país que melhor entende a Turquia” e que os portugueses “sabem da nossa capacidade para promover reformas, o futuro da Europa é o futuro da Turquia”.³³ Tentar explicar esta convergência tão grande de posições políticas e de opiniões, quando, em grande parte da União Europeia, o assunto gerava divisões mais ou menos profundas e contestação significativa, é o que vamos procurar fazer em seguida.

4. Um choque de realidade tardio: a evidência da Turquia de Recep Tayyip Erdoğan

O ‘fascínio pelo Oriente’ na política externa portuguesa, leia-se o apoio incondicional dado durante muito tempo à adesão da Turquia à União Europeia, pode ser considerado, com propriedade, um caso de estudo em termos de política externa. Sem subestimar as múltiplas razões que terão convergido para tal atitude, há uma (mas bastante incómoda) que vale a pena destacar. A endogamia cultural e político-estratégica de um pequeno Estado europeu como Portugal, dos mais homogêneos em termos nacionais do mundo, teve aí um papel que, tudo indica, não foi menor. Para além disso, provavelmente explica-se também (muito) pela vontade de o país se demarcar do seu passado anterior à revolução democrática de 1974, autoritário, colonial e estereótipo face ao Islão e de se mostrar — à Europa e ao mundo —, aberto, tolerante e “construtor de pontes”. E pelo facto de poder fazer isso em plena sintonia com os seus aliados tradicionais mais próximos: o Reino Unido e os EUA. O primeiro dentro da União Europeia, o segundo, os EUA, fora, mas usando a NATO e outros canais, foram claros apoiantes da adesão da Turquia tendo efectuado diversas pressões políticas nesse sentido. Tudo isso explica também a fácil convergência de posições entre governos e políticos de esquerda e de direita neste assunto, largamente facilitada pelo facto de Portugal não ter qualquer contencioso histórico, ou político, com a Turquia.

Se tudo isso é compreensível e até de elogiar, o problema é que diplomacia portuguesa escolheu, como o tempo acabou por provar de forma inequívoca, o caso errado para mostrar essa imagem ao mundo exterior. Prova-

velmente nunca percebeu, em todas as suas implicações, as complexas dinâmicas sociais e políticas da Turquia, nem a complexidade da sua geopolítica envolvente — ou se percebeu, então subestimou os seus potenciais efeitos. Na realidade, a política externa portuguesa face à Turquia dos últimos quinze anos pode ser qualificada, sem cair numa crítica excessiva, como um falhanço diplomático. A possibilidade real de adesão da Turquia é hoje longínqua, se é que existe ainda alguma. Este falhanço diplomático só não foi muito embaraçoso pela relativamente pouca relevância do país a nível europeu e mundial. Impõe-se, assim, tirar as ilacções deste caso e efectuar uma análise crítica sobre o que não correu bem. Para isso, vale a pena rever os principais factos, no contexto de há uma década e meia.

O primeiro acto oficial do processo de adesão da Turquia à União Europeia ocorreu em finais de 1999, quando, na vaga excessivamente optimista dos anos 1990, o país foi aceite como candidato à adesão. Algum tempo depois, em finais de 2004, a União Europeia decidiu abrir oficialmente negociações, as quais se iniciaram no ano seguinte, com um aparente grande interesse de ambas as partes. Inicialmente, a ideia parecia ser transformar a União Europeia alargada naquilo que Jan Zielonka (2006) chamou um “império neo-medieval com um sistema de governo policêntrico”. Iria desde Portugal no Atlântico, a Ocidente, ao actual Iraque (a antiga Mesopotâmia), a Oriente, na fronteira Leste da Turquia. O projecto era grandioso, mas parecia exequível e de grande valor “estratégico”. O facto de a fronteira política Leste da União Europeia se transferir para o Médio Oriente — ficando encostada à Síria, Iraque e Irão —, não parecia ser um problema para os defensores desta visão de Europa. Entre os grandes Estados da União, nessa altura apenas a França se mostrou abertamente céptica quanto às virtudes de um alargamento dessa dimensão e características geopolíticas. Quanto ao Reino Unido, tal como Portugal, apoiava incondicionalmente a adesão da Turquia. (Apesar disso, ou talvez também por causa disso, foi o primeiro Estado a abandonar a União Europeia em toda a sua história.) Nessa mesma época, aos olhos dos europeus mais entusiastas do alargamento, o recém-formado *Adalet ve Kalkınma Partisi* / Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), um partido conservador-islamista, trazia consigo uma Turquia moderna, democrática, respeitadora dos direitos humanos e das minorias. Recep Tayyip Erdoğan e o seu governo eram a prova que democracia, Islão e valores europeus eram totalmente compatíveis. Em traços gerais, essa foi também a narrativa oficial da diplomacia portuguesa durante mais de uma década.

Num outro plano fora dos aspectos políticos e geopolíticos, uma das questões mais intrigantes da posição da diplomacia portuguesa está relacionada com o impacto que a Turquia teria no orçamento da União Europeia e nos mecanismos de solidariedade financeira, ou seja, nos fundos estruturais e no fundo de coesão. Apesar do crescimento económico que a Turquia registou na última década e meia, seria certamente o maior beneficiário desses fun-

³³ Declaração proferida por Ahmet Davutoğlu durante a conferência de imprensa conjunta com o Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, no final da I Cimeira Intergovernamental Portugal-Turquia em Março de 2015. Ver “Portugal é o país da UE que ‘melhor entende’ a Turquia no

processo de adesão” in RTP Notícias / Lusa, 4 de Março de 2015, Acessível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-o-pais-da-ue-que-melhor-entende-a-turquia-no-processo-de-adesao_n809225 [Acedido a 18/03/2021].

dos europeus pela dimensão da sua população e assimetrias desse território. Tudo indica também que esse era o maior atractivo para a sua população, quando apresentou a candidatura de adesão à União Europeia. Note-se que o seu PIB *per capita* não chega a 2/3 da média europeia: era de 63,7% em 2018, segundo dados do Eurostat (76,8% para Portugal nesse mesmo ano)³⁴. Ora, conhecida a sensibilidade que os mecanismos de solidariedade financeira têm em Portugal — sem exagero, o cimento maior da integração europeia do país e da identificação da população com esta — não deixa de ser estranho que, pelo menos tanto quanto é do domínio público, a diplomacia portuguesa nunca tenha mostrado um receio sobre o possível impacto de uma adesão turca nessa área. Nas negociações do actual quadro financeiro plurianual, 2021-2027, o Governo português tem sido um dos mais activos a pressionar³⁵ a União Europeia — ou melhor, os Estados que são contribuintes líquidos para esse orçamento, como a Alemanha, a França, a Holanda, a Suécia, etc. — a aumentarem as suas contribuições, para repor o nível de despesa orçamental anterior após a saída do Reino Unido. O problema só é teórico porque a adesão da Turquia não se concretizou, nem nada indica que se venha a concretizar, pelo menos proximamente. Mas se a Turquia tivesse entrado na União Europeia por volta de 2015, como inicialmente se previa, e o Estado português apoiava, podemos imaginar o que seriam hoje as (extremas) dificuldades da discussão orçamental na União Europeia e o potencial prejuízo no corte dos fundos estruturais para os beneficiários líquidos mais antigos, como Portugal.

Para além dessa intrigante questão, uma discussão complexa, a qual ultrapassa o âmbito limitado desta análise, é a de identificar, com precisão, as razões pelas quais a Turquia engrossou os iliberalismos e autoritarismos em expansão no mundo. É verdade que, para além da França, a Alemanha, após a chegada de Angela Merkel ao governo, em finais de 2005, também não era particularmente entusiasta da adesão da Turquia. Mas querer explicar a actual deriva autoritária da Turquia, às mãos do mesmo Recep Tayyip Erdoğan, que ia fazer dela um modelo de democracia islâmica, não faz grande sentido. A explicação mais plausível é outra e mostra os equívocos de leitura política da Turquia. Em primeiro lugar, ao contrário do oficialmente afirmado — e a que que diplomacia portuguesa dava crédito —, está longe de ser claro que o objectivo último de Recep Tayyip Erdoğan fosse mesmo

chegar à concretização da sua adesão à União Europeia. Nos primeiros anos — numa altura em que o seu poder era frágil internamente —, as negociações de adesão eram importantes e muito úteis para afastar os inimigos internos, daí o seu “ímpeto reformador e democratizador”. Na realidade, permitiram-lhe libertar-se dos entraves políticos, legislativos e institucionais criados pela elite secular herdeira de Atatürk (militares, funcionários públicos e magistrados judiciais), funcionando a União Europeia como contra-poder que impedia de o afastarem do governo. Mas o seu “europeísmo”, tudo indica, era instrumental para consolidar o poder. Não foi um acaso que a partir do seu segundo mandato (2007-2011) como Primeiro-Ministro, o seu “ímpeto reformador e democratizador” se dissipou. Ou seja, com os sectores seculares crescentemente afastados do poder — e dominados pelo seu grupo de fiéis —, agradar à União Europeia tornava-se cada vez mais desnecessário.

Assim, as negociações de adesão acabaram por adquirir contornos rocambolescos e quase absurdos. Importa lembrar que, para poderem aderir à União, os Estados candidatos têm de cumprir determinados critérios, nos termos do artigo 49.º do Tratado da União Europeia³⁶. Esses critérios incluem, de forma inequívoca, a estabilidade das instituições democráticas, o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pelas minorias e a sua protecção. Se a situação já era problemática antes de 2016, a tentativa de golpe de Estado de 15 de Julho desse mesmo ano, obscura nos seus contornos, piorou ainda mais a situação. Cabe lembrar que, nessa altura, foram detidos 10 membros da Grande Assembleia Nacional; cerca de 150 jornalistas (o maior ataque deste tipo à liberdade de imprensa a nível mundial) e 2,386 juizes e procuradores; outras 40 mil pessoas foram também detidas, das quais mais de 31 mil permanecem em situação de detenção. E, ainda segundo o relatório de 2016 da Comissão relativo à Turquia, 129 mil funcionários públicos ou foram suspensos, ou foram demitidos, na sua maioria sem qualquer acusação, pelo menos até finais de Novembro de 2016.³⁷ Claro que a arbitrariedade e desproporção das medidas chocaram frontalmente com os valores europeus³⁸. E aquilo que assistimos posteriormente não foi a uma tentativa de aproximação aos valores europeus, nem o regresso a uma “normalidade democrática”, mas a um aumento do controlo do Estado por Recep Tayyip Erdoğan e o seu círculo próximo de fiéis. A alteração da Constituição para criar um sistema presiden-

³⁴ Ver Eurostat (2020), *GDP per capita, consumption per capita and price level indices (2018)*, Acessível em:

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/GDP_per_capita_consumption_per_capita_and_price_level_indices [Acedido a 12/03/2020].

³⁵ Ver República Portuguesa / Portugal 2020, ‘Amigos da Coesão apresentam posição sobre orçamento da UE em Bruxelas’, Acessível em:

<https://www.portugal2020.pt/content/amigos-da-coesao-apresentam-posicao-sobre-orcamento-da-ue-em-bruxelas> [Acedido a 12/03/2021].

³⁶ Ver artigo 49º do Tratado da União Europeia que tem o seguinte teor: “Any European State which respects the values referred to in Article 2 and is committed to promoting them may apply to become a member of the Union. The European Parliament and national Parliaments shall be notified of this application. The applicant State shall address its application to

the Council, which shall act unanimously after consulting the Commission and after receiving the consent of the European Parliament, which shall act by a majority of its component members [...]” Acessível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12016M049> [Acedido em 22/05/2021].

³⁷ Ver Parlamento Europeu, *European Parliament resolution of 24 November 2016 on EU-Turkey relations (2016/2993(RSP))*, Acessível em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2016-0450_EN.html [Acedido em 22/05/2021].

³⁸ Ver o texto do director-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto (2017) “O crime de pensar na Turquia e o silêncio português” in Público, 25 de Julho, Acessível em <https://www.publico.pt/2017/07/25/mundo/opiniao/o-crime-de-pensar-na-turquia-e-o-silencio-portugues-1780171> [Acedido a 22/05/2021].

cial à sua medida — e se perpetuar no poder como Presidente da República — é um exemplo claro disso. Tudo isto foi um choque de realidade que a diplomacia portuguesa podia ter evitado. Acabou por ter de abandonar a inconsistente narrativa construída sobre a Turquia de Recep Tayyip Erdoğan. Talvez o tenha feito a comtragosto, com nostalgia dos elogios sobre a “postura visionária da classe política portuguesa” e da qualificação como “país da União Europeia que melhor a compreendia.” Ironias à parte, a verdade é que o Estado português não mostrou compreender bem (ou então subestimou) a complexidade da Turquia e as suas facetas contraditórias. Estas permitem jogar habilmente com diversas imagens externas ao sabor das conveniências. Finalmente, em inícios de 2020, a diplomacia portuguesa acabou por efectuar um claro volte-face público relativamente à política anterior. Criticou abertamente o Governo turco — distanciando-se deste —, devido à instrumentalização dos refugiados como “arma de arremesso”³⁹ e ao aventurismo militar da Turquia no conflito da Síria.

Conclusão

O quase incondicional apoio do Estado português à adesão da Turquia à União Europeia é um curioso caso de estudo em matéria política externa, pelo excesso de optimismo em que se baseou. A atitude não pode ser explicada pelas relações económicas bilaterais, que são pouco importantes para a relevância que a Turquia adquiriu na política externa portuguesa. Quer dizer, não houve aqui uma primazia de uma diplomacia económica sobre o político. Ao mesmo tempo, o facto de a Turquia ser um potencial competidor de primeira grandeza para os fundos estruturais não parece ter preocupado a diplomacia portuguesa, como seria expectável dada a importância destes para a economia portuguesa. É uma atitude intrigante talvez só explicável pelo referido optimismo quanto ao impacto que teria a adesão da Turquia na União Europeia. Em qualquer caso, a política externa face à Turquia parece ser também um caso de endogamia cultural e político-estratégica de um pequeno Estado europeu, um dos mais homogêneos em termos nacionais do mundo. Em parte, isso poderá explicar-se também pela vontade de o país se demarcar do seu passado anterior à revolução democrática de 1974 — o qual foi autoritário, colonial e com estereótipos negativos face ao Islão — e de se mostrar, à Europa e ao mundo, um país diferente para melhor, desenvolvido, aberto, tolerante e “construtor de pontes”. A intuição da diplomacia portuguesa terá sido a de que a Turquia permitia fazer isso em sintonia estratégica com os aliados tradicionais mais próximos: Reino Unido e EUA. Provavelmente tal percepção explica a facilidade da convergência de posições entre sucessivos governos de esquerda e de direita, o que foi facilitado pelo facto de Portugal não ter qualquer contencioso histórico ou político com a Turquia, ao contrário de outros Estados da União Europeia, como ocorre nos casos de Chipre e da Grécia, nem ser um financiador líquido do orçamento europeu, como a Alemanha e a França. Mas na política externa portuguesa do pós-integração europeia esse “faz-

cínio pelo Oriente” (Turquia) levou a subestimar a complexidade desse país e a habilidade de diplomacia turca em criar uma imagem artificialmente positiva. Os objectivos últimos de Recep Tayyip Erdoğan foram subestimados. Muitos imaginavam-no como um político genuinamente democrata numa versão islâmica, alguém que iria colocar a Turquia na União Europeia aderindo aos valores europeus. Ao mesmo tempo, a Turquia continuaria a ser um aliado sólido da NATO e a estar próxima dos aliados britânico e norte-americano, os tradicionais pilares da defesa portuguesa. Seria “o melhor de dois mundos”, a conjugação dos valores e o dos interesses em simultâneo, mas que raramente encaixam, como mais uma vez aqui se verificou.

Referências

- ACADEMIA DA MARINHA (s/d), *Batalha Naval do Cabo Matapão* (Julho de 1717), [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em:
<https://academia.marinha.pt/pt/multimedia/sessoesculturais/Paginas/Batalha-Naval-do-Cabo-Matapão-julho-1717.aspx>.
- AICEP / PORTUGAL GLOBAL (2017), *Turquia – Ficha de Mercado*, Junho, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em:
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=c228172b-bb5f-423e-ac90-a7b690d269a4>.
- BAIROS, Manuela (2004), “Onde Fica a Turquia na Europa?”, in *Negócios Estrangeiros*, Edição do Instituto Diplomático do MNE, Setembro, pp. 73-84, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em:
https://idi.mne.pt/images/Revista_NE/PDF/23-2004_09_n_7.pdf.
- BAYART, Jean-François (2017), “Turkey: Erdoğan’s Authoritarian Turn”, in *Global Challenges (Democracy at Risk)*, Issue n° 2, September, [Consult. a 27/05/2021]. Disponível em:
<https://globalchallenges.ch/issue/2/turkey-erdogan-authoritarian-turn/>.
- CUTILEIRO, José (2005), “As fronteiras da Europa”, in *Expresso*, 25 de Junho.
- (2013), “Turquia e Europa”, in *Jornal de Negócios*, 12 de Junho, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em:
https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/columnistas/jose-cutileiro/detalhe/2013_06_11_turquia_e_europa.
- DAVUTOĞLU, Ahmet (2010), “Turquia, Portugal e a Europa”, in *Público*, 14 de Julho, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em:
<https://www.publico.pt/2010/07/14/jornal/turquia-portugal-e-a-europa-19765413>.
- DIRECÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, *Relatório sobre Análise dos Riscos que afectam o aprovisionamento de Gás Natural em Portugal*, Fevereiro de 2017, [Consult. a 22/05/2021]. Disponível em:
<http://www.dgeg.gov.pt/wwwbase/wwwinclude/ficheiro.aspx?access=1&id=15863>.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA (s/d), “Balkan Wars”, in *Encyclopaedia Britannica*, [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em:
<https://www.britannica.com/topic/Balkan-Wars>.

³⁹ “Migrações

: Santos Silva acusa Turquia de usar refugiados como “arma de arremesso” in *Lusa*, 3 de Março de 2020, Acessível em

<https://www.lusa.pt/article/FIV6SybQZe~KNqTKone6LTM SZM5iuS11/migrações-santos-silva-acusa-turquia-de-usar-refugiados-como-arma-de-arremesso> [Acedido a 12/03/2020].

- ____ (s/d), “Russo-Turkish Wars”, in *Encyclopaedia Britannica*, [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Russo-Turkish-wars>.
- EUR-LEX (2016), *Artigo 49º do Tratado da União Europeia*, [Consult. a 22/05/2021]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12016M049>.
- EUROSTAT (2020), *GDP per capita, consumption per capita and price level indices* (2018), [Consult. a 12/03/2020]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/GDP_per_capita_consumption_per_capita_and_price_level_indices
- FERRO, António (1927), *Viagem à Volta das Ditaduras*, Lisboa, Ed. Diário de Notícias.
- FUNDAÇÃO ANTÓNIO QUADROS (s/d), *António Ferro - nota bio-bibliográfica*, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: http://www.funcaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=14&Itemid=39.
- GORJÃO, Paulo (2012), “Portugal and Turkey: An Increasingly Substantive Relationship”, in *Policy Brief*, 2/TEPAV, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <https://www.tepav.org.tr/en/haberler/s/3321>.
- HASANLI, Jamil (2009), *The ‘Turkish crisis’ of the Cold War Period and the South Caucasian Republics (Part II - The Rise of Pro-American Sentiments in Turkey)*, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: https://www.ca-c.org/c-g/2009/journal_eng/c-g-1/13.shtml.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2020), *Turkey. Events of 2019*, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/turkey>.
- JN (2005), “Portugal na linha da frente do apoio”, in *JN*, 3 de Outubro de 2005, [Consult. a 12/05/2021]. Disponível em: <https://www.jn.pt/arquivo/2005/portugal-na-linha-da-frente-do-apoio-515502.html>.
- LEITÃO, Rogério (2005), “Quem tem medo da Turquia no seio da União Europeia”, in *R:I (Relações Internacionais)*, 5, Março, pp. 41-46, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r5/R15_RLeitao.pdf.
- ____ (2008), “A presidência portuguesa refém da guerrilha de Sarkozy contra a adesão da Turquia”, in *R:I (Relações Internacionais)*, 17, Março, pp. 75-81, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r17/R17_11ARLeitao.pdf.
- LEITÃO, Rogério; BARRINHA, André (2007), “A União Europeia e a Turquia ambiguidades e indefinições para a presidência portuguesa”, in *R:I (Relações Internacionais)*, 14, Junho, pp. 131-141, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r17/R17_11ARLeitao.pdf.
- LUSA (2020), “Migrações: Santos Silva acusa Turquia de usar refugiados como “arma de arremesso”, in *Lusa*, 3 de Março de 2020, [Consult. a 12/03/2020]. Disponível em: <https://www.lusa.pt/article/FIV6SybOZe~KNqTKon e6L.TMSZM5iuSI1/migracoes-santos-silva-acusa-turquia-de-usar-refugiados-como-arma-de-arremesso>.
- MARCOS, Daniel (2010), “Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu. A Cimeira de Lisboa de 1952”, in *R:I (Relações Internacionais)*, 27, Setembro, pp. 65-80, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n27/n27a07.pdf>.
- MATOS, J. Semedo de (2009), “O Infante D. Luís na conquista de Tunes / A Marinha de D. João III (44)”, in *Revista da Armada*, Abril, p. 14, [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: https://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/Revista_a_Armada/2009/index.html#p=125.
- MAURY, JEAN-PIERRE (s/d), *Traité de paix entre les Puissances alliées et associées et la Turquie* (Sèvres, 10 août 1920), [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: <https://mjp.univ-perp.fr/traites/1920sevres.htm>.
- MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES (s/d), *Convention Concernant le Régime des Détroits signée à Montreux le vingt Juillet 1936* (Convenção de Montreux Relativa ao Regime dos Estreitos), [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1583851227431.
- MNE-MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS / REPÚBLICA PORTUGUESA (s/d), “Turquia”, in *Portal Diplomático*, [Consult. a 09/03/2020]. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/turquia>.
- NATO (2012), *NATO Archives presents “NATO’s First Enlargement”*, 18 de Junho, [Consult. a 16/05/2021]. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/news_89245.htm.
- NETO, Pedro A. (2017), “O crime de pensar na Turquia e o silêncio português”, in *Público*, 25 de Julho, [Consult. a 22/05/2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/07/25/mundo/opiniao/o-crime-de-pensar-na-turquia-e-o-silencio-portugues-1780171>.
- NOBRE, João José Horta (2013), *A Diplomacia Portuguesa na Turquia Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, tese de mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/36003>.
- PALANCA, Jose (ed.) (s/d), “Carlos V contra el imperio otomano”, in *LC Historia*, revista digital de Historia, 3 (Política Exterior de Carlos I), [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: <https://www.lacrisisdelahistoria.com/carlos-v-contrael-imperio-otomano/>.
- PARLAMENTO EUROPEU (2016), *European Parliament resolution of 24 November 2016 on EU-Turkey relations (2016/2993(RSP))*, [Consult. a 22/05/2021]. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/T-A-8-2016-0450_EN.html.
- PIERINI, Marc (2018), “Gas and Gunboats Around Cyprus”, in *Carnegie Europe*, 18 March, [Consult. a 22/05/2021]. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/75838>.
- PROJECT GUTENBERG (2007), eBook “Luís Vaz de Camões, Os Lusíadas”, in *Project Gutenberg*, [Consult. a 10/05/2021]. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/3333>.
- PÚBLICO (2003), “Jorge Sampaio reitera apoio à adesão da Turquia à União Europeia”, in *Público*, 15 de Setembro, [Consult. a 10/03/2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2003/09/15/politica/noticia/>

[jorge-sampaio-reitera-apoio-a-adesao-da-turquia-a-uniao-europeia-1166352](https://www.portugal2020.pt/content/amigos-da-coesao-apresentam-posicao-sobre-orcamento-da-ue-em-bruxelas).

- REPÚBLICA PORTUGUESA / PORTUGAL (2020), “*Amigos da Coesão*” apresentam posição sobre orçamento da UE em Bruxelas, [Consult. a 12/03/2021]. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/content/amigos-da-coesao-apresentam-posicao-sobre-orcamento-da-ue-em-bruxelas>.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento; DEVEZAS, Jorge Nascimento (2008), *1509. A batalha que mudou o domínio do comércio global*, Lisboa: Centro Atlântico, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: <http://www.centroatl.pt/titulos/desafios/1509/images/excerto-livro-ca-1509.pdf>.
- RTP NOTÍCIAS / LUSA (2015), “Portugal é o país da UE que ‘melhor entende’ a Turquia no processo de adesão”, in *RTP Notícias / Lusa*, 4 de Março de 2015, [Consult. a 18/03/2021]. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-o-pais-da-ue-que-melhor-entende-a-turquia-no-processo-de-adesao_n809225.
- ____ (2007), “[Luís] Amado considera ‘inaceitável’ interrupção brusca na adesão da Turquia”, in *RTP Notícias/Lusa*, 3 de Novembro de 2007, [Consult. a 10/03/2021]. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/amado-considera-inaceitavel-interruptao-brusca-na-adesao-da-turquia_n141885.
- ____ (2005), “Opinião pública deve trocar o medo pela esperança sobre Turquia na UE, diz Freitas [do Amaral]”, in *RTP Notícias/Lusa*, 3 de Novembro de 2005, [Consult. a 10/03/2021]. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/opiniao-publica-deve-trocar-o-medo-pela-esperanca-sobre-turquia-na-ue-diz-freitas_n19809.
- SILVA, Aníbal Cavaco (2009), “Discurso do Presidente da República perante o Plenário da Grande Assembleia Nacional Turca. Ancara, 12 de Maio”, in *Arquivo da Página Oficial da Presidência da República Portuguesa 2006-2016*, [Consult. a 11/03/2020]. Disponível em: <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=27281&action=7>.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1999), “Portugal e a NATO: 1949-1999”, in *Nação & Defesa*, nº 89, 2ª série, pp. 15-41 [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD89.pdf>.
- TSAKIRIS, Theodoros (2018), “The Importance of East Mediterranean Gas for EU Energy Security: The Role of Cyprus, Israel and Egypt”, in *The Cyprus Review*, 30(1), pp. 25-50, [Consult. a 12/03/2020]. Disponível em: <https://cyprusreview.org/index.php/cr/article/view/535/468>.
- ZIELONKA, Jan (2006), *Europe as Empire: The Nature of the Enlarged European Union*, Oxford, Oxford University Press.
- ____ (2000), *Une vision turque du monde à travers les cartes de 1931 à nos jours*, Paris, CNRS Éditions.
- DZHAK, Yulia (2016), “The Battle For Spices and Control Over The Most Important Naval Trade Route”, in *War History Online*, 16 de Julho, [Consult. a 09/03/2020]. Disponível em: <https://www.warhistoryonline.com/history/the-battle-for-spices-and-control-over-the-most-important-naval-trade-route.html>.
- ERMIDA, Graça; FERNANDES, José Pedro Teixeira (2013), “The European Union’s Strategic Gas Supply Options and the Prevalence of the Southern Corridor”, in *European Foreign Affairs Review*, 18, nº 4/1, pp. 547-561, [Consult. a 09/03/2020]. Abstract disponível em: <https://www.kluwerlawonline.com/abstract.php?area=Journals&cid=EERR2013040>.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2005a), *Turquia: Metamorfoses de Identidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa.
- ____ (2005b), “A Geopolítica da Turquia: um desafio às sociedades abertas da União Europeia”, in *RJ (Relações Internacionais)*, 5, Março, pp. 47-60, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r5/RI5_JPTTFernandes.pdf.
- ____ (2010), “A Política Externa da Turquia Face a Israel: o Regresso da Ambição Otomana”, in *Nação & Defesa*, 127, 5ª série, pp. 159-180, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD127.pdf>.
- ____ (2013), “A contestação na Turquia em perspectiva: a era Erdoğan revisitada”, in *Público*, 13 de Junho, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/06/12/jornal/a-contestacao-na-turquia-em-perspectiva-a-era-erdogan-revisitada-26671186>.
- ____ (2016), “A farsa da adesão da Turquia à União Europeia”, in *Público*, 29 de Novembro, [Consult. a 11/03/2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/29/mundo/opiniao/a-farsa-da-adesao-da-turquia-a-uniao-europeia-1753064>.
- ____ (2019), “Jogo de enganos: a diplomacia portuguesa e a Turquia”, in *Público*, 31 de Outubro, [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/31/politica/opiniao/jogo-enganos-diplomacia-portuguesa-turquia-1892053>.
- LOURENÇO, Eduardo (2004), “A Turquia na Europa”, in *Público*, 27 de Outubro, p. 9.
- ÖZAL, Turgut (1988), *La Turquie en Europe*, Paris, Éditions Plon.
- PEREIRA, Pedro Sanchez da Costa (2018), *A Política Externa Portuguesa — Condicionantes e Respostas* (texto originalmente publicado em língua inglesa no livro *The Road Ahead – The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planners*), [Consult. a 08/03/2020]. Disponível em: https://idi.mne.pt/images/Artigo_FUNAG_PT.pdf.
- SADDAK, Necmeddin (1949), “Turkey Faces the Soviets”, in *Foreign Affairs*, April, 27(3), pp. 448-460, [Consult. a 10/03/2020]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1949-04-01/turkey-faces-soviets>.

Bibliografia Complementar

COPEAUX, Étienne (1997), *Espaces et temps de la nation turque. Analyse d'une historiographie nationaliste 1931-1993*, Paris, CNRS Éditions.